



**ORDEM DO DIA
PARA A 19ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
EM 13 DE MAIO DE 2009**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Discussão e votação adiada - Projeto de lei nº 1335, de 2007, de autoria do deputado Simão Pedro. Torna obrigatória a prévia autorização da Secretaria da Saúde para a utilização de alojamento ou moradia destinada a trabalhadores rurais. Pareceres nºs 302 e 303, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis. Com emenda apresentada nos termos do artigo 175, inciso II. Pareceres nºs 748 e 749, de 2009, respectivamente, de relatores especiais pelas Comissões de Justiça e de Saúde, favoráveis à emenda.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 634, de 2005, de autoria do deputado Campos Machado. Institui a Semana Grande Otelo - Talento Brasileiro. Pareceres nºs 1151, 1152 e 1153, de 2006, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Cultura e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 348, de 2008, de autoria do deputado José Augusto. Institui o "Programa de Envelhecimento Ativo - PEA". Pareceres nºs 659, 660 e 661, de 2009, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Promoção Social e de relator especial pela Comissão de Finanças, favoráveis.

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

1 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0101, de 2000, de autoria do deputado Milton Vieira. Proíbe a cobrança de valores monetários para o uso de estacionamento em estabelecimento comercial. Pareceres nas 1943 e 1944, de 2000, respectivamente, de relator especial pela Comissão de Justiça e da Comissão de Economia, favoráveis. Em anexo os Projetos de lei nºs 326, de 2004; 195, de 2005 e 1286, de 2007.

2 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0809, de 2003, de autoria do deputado Nivaldo Santana. Dispõe sobre a inclusão de aulas de capoeira, em caráter opcional, nas unidades escolares da rede pública estadual. Pareceres nºs 1201, 1202 e 1203, de 2004, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Educação e de Finanças, favoráveis.

3 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 733, de 2004, de autoria da deputada Maria Lúcia Prandi. Autoriza o Poder Executivo a criar o "Museu Estadual da Cultura e das Tradições do Negro". Pareceres nºs 2739 e 2740, de 2005, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Cultura, favoráveis. Parecer nº 2741, de 2005, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 0740, de 2004, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Obriga a instalação de Centros Assistenciais Comunitários - CAS, nas localidades onde existam presídios, penitenciárias, casas de detenção ou outros estabelecimentos penais. Pareceres nºs 2350, 2351 e 2352, de 2007, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Promoção Social e de Finanças, favoráveis.

5 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 243, de 2005, de autoria do deputado Mauro Bragato. Obriga as empresas de segurança particular a disponibilizarem coletes à prova de balas aos seus agentes. Pareceres nºs 200 e 201, de 2006, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Relações do Trabalho, favoráveis.

6 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 1167, de 2007, de autoria do deputado Edson Ferrarini. Autoriza o Poder Executivo a criar programa de cursos de formação de educadores para atuarem na orientação e prevenção contra os males causados pela dependência química. Pareceres nºs 3256 e 3257, de 2008, respectivamente, das Comissões de Justiça e de Educação, favoráveis. Parecer nº 3258, de 2008, da Comissão de Finanças, favorável, com emenda.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 198, de 2008, de autoria do deputado João Barbosa. Dispensa da taxa de inscrição, se houver, em todos os concursos públicos realizados por órgão da administração estadual, direta ou indireta, o candidato que apresentar documento comprobatório de sua condição de doador regular de sangue. Parecer nº 446, de 2009, da Comissão de Justiça, favorável, com substitutivo. Pareceres nºs 447 e 448, de 2009, respectivamente, das Comissões de Administração Pública e de Finanças, favoráveis ao substitutivo da Comissão de Justiça.